

# V ENECULT

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura  
27 a 29 de maio de 2009  
Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

## POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: PRIMÓRDIOS (1500-1930)

*para Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes*

Alexandre Barbalho<sup>1</sup>

### Resumo

O presente artigo faz parte de um projeto coletivo que procura traçar a história das políticas culturais no Brasil. Neste trabalho, é traçado um panorama das relações entre a cultura e o poder constituído no Brasil, em seus formatos colonial, monárquico e republicano. O recorte temporal, portanto, vai desde o início da colonização até a revolução de 1930, tendo como eixo articulador da discussão o caráter patrimonialista da formação nacional.

Palavras-chave: Política Cultural; História do Brasil; Patrimonialismo

No documento de criação do Brasil, Pero Vaz de Caminha ressalta aquele que deveria ser o principal fruto da extensa terra cuja semente cabia ao Reino português lançar: salvar as gentes dali! Em outras palavras, aculturá-los de acordo com os valores e normas portuguesas. Alfredo Bosi (2006), por sua vez, aponta a mesma raiz etimológica das palavras cultura, culto e colonização, o verbo latino *colo*.

Poderíamos deduzir dessas indicações do escrivão da armada e do pensador brasileiro contemporâneo, que o Reino tivesse estabelecido na sua nova colônia uma ampla política cultural, de modo a introduzir os nativos na civilização ocidental, bem como garantir a permanência desta nos corações e mentes dos colonizadores<sup>2</sup>. Afinal, foi assim que, em certa medida, procedeu o governo espanhol em suas partes de terra americana: abriu universidades, permitiu a circulação de livros e jornais, criou instituições artísticas<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Professor dos PPGs em Políticas Públicas e Sociedade da UECE e em Comunicação da UFC. E-mail: alexandrebarbalho@hotmail.com

<sup>2</sup> Por política cultural entende-se aqui a intervenção do poder público no sistema (produção, circulação e fruição/consumo) simbólico por meio de instituições, agentes e ações voltadas exclusivamente para esse fim. Com isso, demarca-se um campo específico da cultura como um todo que se desenvolveu no Brasil desde o início da colonização (já que nos interessa o processo civilizacional inaugurado com a vinda dos portugueses e não a riquíssima e complexa produção simbólica dos habitantes primeiros das terras americanas), pois, como diz Bosi (2006), o colonizador não é apenas um agente econômico, mas também simbólico, de modo que se estabelece uma dialética colonial entre cultivo, culto e cultura.

<sup>3</sup> Sérgio Buarque de Holanda (1982) defende que Portugal estabeleceu com o Brasil uma relação de exploração comercial, ao passo que a Espanha, pelo menos inicialmente, via as terras coloniais como prolongamento de seu país, tanto que se preocupou, de imediato, em criar universidades para formar a

No entanto, não foi esse o caminho seguido por Portugal. A metrópole, durante todo o período colonial, ou seja, até a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido, em 1808, com a vinda da corte de D. João VI para o Rio de Janeiro, não só nunca investiu na formação de um campo cultural minimamente estruturado, como impediu a sua configuração a partir da iniciativa privada<sup>4</sup>. Como explica Olivério Pinto (2003), a metrópole adotou uma política de fechamento intelectual na colônia, para evitar a propagação de quaisquer idéias inconvenientes aos interesses metropolitanos.

A essa (falta de) opção político-cultural da Coroa, se somava o próprio formato da empresa colonizadora em terras brasileiras, que foi delegada aos particulares, estando ausente o poder imperial. Empresa particular e familiar tão bem descrita pelos chamados “intérpretes do Brasil” (FREYRE, 2002; HOLANDA, 1982; PRADO JUNIOR, 1979; SODRE, 1976): instituição patriarcal que congregava funções econômicas, políticas, sociais, religiosas e culturais, imprimindo sua forte marca patrimonialista que perdura, adaptada, até hoje.

Já a tarefa de salvar física e espiritualmente as gentes indígenas e lustrar os colonizadores coube à Igreja, e mais expressivamente (mas não de forma exclusiva<sup>5</sup>) aos padres da Companhia de Jesus. Foram estes que, nas palavras de Freyre (2002), detiveram em suas mãos “o facho da cultura e até do civismo”, com a criação de seus colégios, base cultural da colônia, até, pelo menos, a reforma pombalina em 1759. Na avaliação de Lacombe (2003), a Igreja foi a responsável, no que diz respeito à formação inicial da nacionalidade, pelo seu “aspecto mais nobre”, ou seja, a cultura, a educação, a catequese e a assistência social.

Mesmo que a presença dos particulares e dos padres tenha estado, como defende Freyre, submetida “ao espírito político e de realismo econômico e jurídico” hegemônico

---

elite local. Ao final do período colonial, tinham sido criadas vinte e cinco instituições de ensino superior na América hispânica. Em 1535 já se imprimiam livros na Cidade do México. Em 1747 quando, no Rio de Janeiro, Antonio Isidoro da Fonseca fechou sua recém-aberta oficina gráfica por ordem de Portugal, já existiam estabelecimentos deste tipo em todas as grandes cidades da América hispânica. Também na Cidade do México se iniciou a imprensa periódica americana com a publicação em 1671 da *Gaceta*.

<sup>4</sup> Como aconteceu quando os habitantes das Minas Geraes resolveram criar em 1768 um curso médico particular. A resposta negativa do Conselho Ultramarino baseava-se na argumentação de que um dos mais fortes vínculos da colônia com Portugal se dava pela dependência intelectual do Brasil em relação à metrópole, tanto que o governo incentivava, por meio de bolsas, a ida de brasileiros para estudar em Coimbra. Vale à pena transcrever uma breve passagem deste documento básico para a compreensão da política cultural de Portugal, na avaliação de Lacombe: “Que poderia ser questão política, se convinhassem estas aulas de artes e ciências em colônias..., que podia relaxar a dependência que as colônias deviam ter do reino; que um dos mais fortes vínculos que sustentava a dependência das nossas colônias era a necessidade de vir estudar a Portugal; que este vínculo não se devia relaxar...” (*apud* LACOMBE, 2004, p. 420).

<sup>5</sup> Várias ordens religiosas criaram e mantiveram estabelecimentos de ensino em terras brasileiras: franciscanos, beneditinos, carmelitas, entre outras.

em Portugal, que “foi desde o primeiro século elemento decisivo de formação nacional” (FREYRE, 2002, p. 153), não é possível perceber nos duzentos anos iniciais da história brasileira algo que se aproximasse minimamente de uma atuação, mesmo que pontual e não sistêmica, da Coroa no campo da produção simbólica. Ela só ocorria de forma indireta, quando os cargos públicos (inclusive os da Igreja) serviam de sustentação para os intelectuais e artistas, como foi o caso de Gregório de Matos, tesoureiro-mor da Sé da Bahia a partir de 1681 (cargo que acabou perdendo por conta de sua autonomia intelectual em relação aos poderes constituídos de então)<sup>6</sup>.

Esse mínimo só se deu quando Marquês de Pombal, versão lusitana do “déspota esclarecido”, empreendeu sua reforma iluminista em vários aspectos da vida portuguesa e de sua colônia. Na definição de João Costa, Pombal “libertou o ensino e a cultura de Portugal da austeridade apostólica e do aristotelismo medieval” (COSTA, 2003, p. 204)<sup>7</sup>.

Assim, ao expulsar os jesuítas, fez-se necessário constituir no Brasil outro sistema de instrução. O que acarretou a realização de concursos para a contratação de professores régios de latim, grego, filosofia e retórica para os novos estabelecimentos de ensino espalhados por diversas vilas. Para a manutenção dos professores e dos colégios foi criado um novo imposto denominado “subsídio literário”, apesar de a historiografia apontar que nem sempre se empregou os recursos coletados para esses fins<sup>8</sup>. Neste mesmo clima de abertura, o vice-rei do Brasil, D. Luís de Vasconcelos, criou, em fins do século XVIII, um gabinete de história natural denominado “Casa dos Pássaros”, primeiro formato do que virá a ser o Museu Nacional<sup>9</sup>.

Mesmo com todos os limites da reforma pombalina, Antonio Candido (1965; 2003) detecta a formação de uma geração de brasileiros com boa formação, com cursos em Coimbra, que, apesar de não exercerem integralmente suas profissões intelectuais, por conta de um ambiente social raquítico, onde a maioria da população livre era analfabeta, marcaram a produção cultural do Brasil na época: eram cientistas;

---

<sup>6</sup> Pela força do contraste, vale comentar que durante o governo de Maurício de Nassau, à frente do “Brasil holandês”, se financiou a primeira missão científica de pesquisadores estrangeiros no Brasil que chegou em Recife em 1637.

<sup>7</sup> Para uma análise mais acurada da atuação do Marques de Pombal e de seu caráter paradoxal ver MAXWELL (1996).

<sup>8</sup> A esse respeito ver CARVALHO (2003). No âmbito da iniciativa particular vale destacar a criação da Academia Brasílica dos Esquecidos (1724), a Academia dos Renascidos (1754) em Salvador e a Academia Científica (1771) no Rio de Janeiro, reunindo intelectuais para debates e divulgação das idéias científicas e estéticas da época.

<sup>9</sup> A esse respeito ver PINTO (2003).

publicistas e doutrinadores; sacerdotes liberais; e literatos, majoritariamente poetas. O mesmo acontece no que se refere à formação de um público fruidor de bens simbólicos, já que naquele contexto quem produzia, também consumia, devido ao circuito fechado da cultura letrada.

Esses primeiros e tímidos ensaios de iniciativa pública possibilitados pela era pombalina na promoção cultural ganharam forte impulso com a chegada da Corte portuguesa em 1808, como foi dito acima. De fato, até o início daquele novo século, marcado pelos ideais do progresso e da civilização, quase nada se tinha feito por esse valores na colônia, pois foram condenados pela metrópole.

Assim, como informa Pedro Campos, na avaliação dos viajantes estrangeiros que por aqui passaram naquele período, os portugueses não praticaram uma “política sábia” que permitisse “curar os nativos de sua indolência”, imprimindo-lhes “o gosto pela vida civilizada”, resultando que nesta extensa faixa de terra a literatura e a ciência estavam na “infância”, e só então “os poderes inatos à mente humana começaram a desenvolver-se”. (CAMPOS, 2003, p. 59).

E isto se deu porque D. João VI, junto com a abertura dos portos às nações amigas (em especial a inglesa), permitiu que as mentes dos brasileiros se abrissem às coisas do espírito. O que ocorreu, portanto, foi o primeiro momento de construção institucional e de promoções na área da cultura no Brasil.

Em 1816, D. João financiou a vinda de uma missão de artistas franceses, liderada por Joachim Le Breton, com destaque para a presença de João Batista Debret, que iriam criar, dez anos depois, a Imperial Academia das Belas-Artes. No mesmo ano da chegada da Missão, foi criada a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.

Surgiram ainda no período de permanência da Corte portuguesa: a Escola de Marinha (1808); um observatório astronômico (1809); a Academia Militar (1811); a Imprensa e a Biblioteca Reais (1808 e 1811, respectivamente); o Real Jardim Botânico (1819); a Capela Real; o Museu Real; o Teatro Real de São Carlos; o Real Colégio de São Joaquim (futuro Pedro II). Em menos de uma década, como avalia João Costa (2003), criaram-se todos os instrumentos intelectuais que foram negados durante três séculos. Além da criação de instituições e equipamentos, deve-se ressaltar a proteção, materializada em apoio financeiro e distinções honoríficas, que D. João dispensou a artistas e intelectuais.

Tal contexto favorável às artes e aos conhecimentos, que o Brasil conheceu durante a permanência de D. João e a corte, sofreu com a proclamação da independência

e a vigência do Primeiro Reinado, bem como no período turbulento da Regência, para ganhar novos ares e impulsos durante o longo governo de Pedro II, que deu continuidade à construção institucional inaugurada no começo do século.

Independente de tomadas de posição mais celebratórias do segundo imperador, como a de Moacir de Sousa (2000), que observa seu governo como instaurador de uma política cultural elaborada e sistemática, ou outras que apontam a pequenez de seu mecenato, como faz José Carlos Durand (1989), é inegável o destaque da atuação de seu governo no campo cultural se comparado com os períodos imediatamente anterior (Primeiro Império e Regência) e posterior (Primeira República).

Por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, com apoio de sua revista criada no ano seguinte, funcionou como importante centro de estudos e de estímulo à vida intelectual, bem como de mediação entre os intelectuais e o governo, pois era freqüentado regularmente pelo próprio Imperador. Como assinala Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2007), no IHGB os intelectuais buscavam elaborar a identidade nacional a partir da fixação da história, da etnografia e da geografia do país.

Ocorreram outros importantes investimentos em equipamentos e apoios a projetos artístico-culturais, com destaque para a área musical, como o Conservatório Nacional de Música que obteve sua sede em 1848 e protegeu, na avaliação de Francisco Lange (2004), o ensino da música ao oficializá-lo e custeá-lo com recursos públicos; e a fundação da Imperial Academia de Música e Ópera Nacional em 1857, subvencionada pelo governo com o dinheiro proveniente da loteria. É bastante conhecida, mas ainda pouco estudada, a ajuda que o Império prestou a músicos como Carlos Gomes. Ainda segundo Lange, esses casos de maior visibilidade podem esconder um número bem mais elevado de músicos beneficiados pelo mecenato do Imperador.

Se a música era a linguagem preferida do Imperador, segundo alguns de seus biógrafos, não se pode desprezar o apoio que deu às artes plásticas com as atividades da Academia das Belas-Artes, que na realidade só começou a funcionar regularmente a partir do Segundo Império, e suas Exposições Gerais, uma mostra onde se expunham os artistas consagrados no país. Dentre estas exposições, destaca-se a de 1879 que teve um público recorde de cerca de 250 mil pessoas ao longo de seus sessenta e quatro dias de funcionamento.

O próprio Imperador esteve presente na abertura da Exposição Geral de 1879, talvez para ver os quadros dos pintores promovidos pela corte, Pedro Américo e Vítor

Meireles, o primeiro com o quadro *Batalha do Avaí* e o segundo com *A batalha dos Guararapes*, obras que celebravam e procuravam fixar a história oficial da nação. Ambos foram bolsistas do governo para estadia de estudos na Europa, junto com outras duas dezenas de beneficiados desta política de mecenato.

A escultura, por sua vez, expressão plástica mais cara que a pintura, esteve basicamente na dependência das encomendas imperiais. Como situa Paulo Nunes, “apenas o Estado tinha dinheiro suficiente para mandar fundir ou esculpir estátuas”, o que fez motivado em “criar uma memória cívica garantidora da unidade nacional” (NUNES, 2004, p. 36).

Pedro II também foi um grande entusiasta e divulgador da fotografia, tendo sido o primeiro brasileiro a tirar uma fotografia, utilizando para tanto sua câmara de daguerreotipia adquirida em 1840. O Imperador contratou inúmeros fotógrafos para prestarem serviços à Corte, além de ter instituído o título de Fotógrafo da Casa Imperial que foi atribuído a mais de duas dezenas de fotógrafos entre 1851 até o fim do Império. O resultado de seu interesse pela fotografia foi a constituição de sua coleção que tinha mais de vinte mil exemplares.

Em relação à literatura, esse quadro geral de adensamento intelectual e artístico, promovido em parte pelo governo, vai favorecer, como aponta Antonio Candido, a que os escritores e seus públicos se definam minimamente e em forte ligação com o nacionalismo e com a esfera administrativa. O escritor se assume, muitas vezes, como um “apêndice da vida oficial”, ajustado à “superestrutura administrativa”. Ou seja, ser escritor era uma forma de garantir uma sinecura, um emprego público que não exigisse do intelectual maiores esforços e garantisse sua vida material. Por sua vez, “o Estado e os grupos dirigentes não funcionavam, porém, apenas como patronos, mas como sucedâneo do público” (CANDIDO, 1965, p. 99).

A partir do contexto traçado acima, podemos concordar com Márcio Souza (2000) quando diz que as atuações de D. João VI e Pedro II na cultura eram centradas no artista, ou pelo menos com aqueles que, além de talentosos, demonstravam bom comportamento, ou em outras palavras, submissão aos imperativos governamentais.

Tal observação converge com a colocação de Albuquerque Júnior de que a concepção de cultura operada durante o Império era profundamente reduzida, limitando-se ao saber formal, erudito: “Possuir cultura era ter o espírito cultivado, era ser culto, era possuir uma formação escolar, era se letrado e se dedicar a atividades do espírito” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 62). Nessa perspectiva, só possuíam cultura,

basicamente, os setores abastados da sociedade brasileira. A grande maioria da população eram pessoas “sem cultura”, como também “sem emprego”, “sem direitos políticos”...

Mesmo quando os pensadores românticos começaram a valorizar a cultura *folk*, a cultura das camadas subalternas, populares, considerada como a cultura legítima da nação, sua essência, portanto substrato da identidade nacional, constituindo no país os estudos folclóricos, isto aconteceu, em um primeiro momento, a partir de uma perspectiva erudita. O folclore, nesse registro, funcionava como matéria-prima para que os intelectuais e artistas letrados produzissem suas obras consagradas, onde muitas vezes estavam presentes as preocupações nacionalistas ou regionalistas, como o caso exemplar de José de Alencar, com seus romances de cor regional ou sua lenda *Iracema*, considerada como fundamental na constituição da comunidade imaginada chamada Brasil<sup>10</sup>.

Já a República, inaugurada de cima para baixo e que deixou o povo bestializado, além de exilar o Imperador, nada demais fez no campo da política cultural. Pelo contrário, com a partida de D. Pedro II, aquela construção institucional tímida que se iniciara com D. João VI e que ele deu continuidade, sofreu um revés, se despotencializou.

A apatia registrada pelo poder público na cultura não correspondia ao movimento das idéias que os primeiros anos de governo republicano proporcionou. A transição de um regime ao outro, em especial na cidade do Rio de Janeiro, centro econômico, político e cultural do país, foi marcado por febris transformações. Além da circulação de diversos ideários, alguns vindos do período anterior como o liberalismo e o positivismo, outros impulsionados ou mesmo recém-chegados na República, como o socialismo e o anarquismo, José Murilo de Carvalho (1991) aponta que mais importante teria sido “uma nova atitude dos intelectuais em relação política”, expressa no apoio do mundo das letras ao novo governo.

Mas, como situa o próprio Carvalho, o namoro entre as duas repúblicas, a das letras com a dos políticos não resistiu ao governo de Floriano, de modo que levaria muito tempo para que os intelectuais, em grande parte, travassem de novo boas relações com o poder público.

---

<sup>10</sup> Sobre o papel de *Iracema* como elemento fundamental na construção da nacionalidade brasileira, inclusive sua apropriação pela políticas culturais ver BARBALHO (2008).

Feita esta breve incursão sobre os primórdios das relações entre Estado e cultura no Brasil, gostaria de retomar o texto de Márcio Souza como gancho para encerrar o artigo. Souza defende que, historicamente, existem dois modelos de políticas culturais elaboradas no Brasil desde 1808 até o momento em que ele escreve, meados do segundo governo FHC. O primeiro vai de 1808 até 1929 (o período de nosso recorte temporal) e se caracteriza “por promover investimentos no campo cultural em igualdade de condições com os demais segmentos da economia, com o objetivo de melhorar o nível social de uma colônia atrasada” (Souza, 2000, p. 16). O segundo, que se inicia com o Estado Novo (1937) e segue até o início do atual milênio, se caracteriza pelo ideário nacionalista que vai tomando diversas formas ao passar dos anos e governos. Entre estes dois programas se geraram conseqüências, continuidades e rotinas nas políticas culturais brasileiras.

Outra é a avaliação de Albino Rubim (2007), com a qual concordamos, quando aponta nas relações entre Estado e cultura no Brasil, tristes tradições como a falta de continuidade, exatamente o contrário do que defende Souza. Para Rubim, não é possível ver nas atitudes ilustradas e no mecenato de D. Pedro II a inauguração de uma política cultural nacional. O que não viria a ocorrer também na Primeira República, que em seu formato oligárquico não conseguiu (ou não se interessou) em criar as condições para o surgimento de tal política, afora algumas ações pontuais, como tinham ocorrido no Império.

Encontramos aqui a primeira daquelas tristes tradições que marcam a história das políticas culturais no Brasil apontadas por Rubim: o seu caráter tardio.

Mas, por outro lado, é fundamental a afirmação de Souza de que no período 1808-1929, as ações do governo na cultura eram marcadas por relações rigidamente hierarquizadas e em um “sistema de prestação e contraprestação de favores”. E aqui reencontramos a questão colocada no início de nosso texto – a de que somos uma sociedade marcada em seus inícios pelo patrimonialismo, o que define tanto a sua cultura política, quanto a sua, se é possível falar assim, política cultural.

Outras transformações deverão passar o Brasil além da independência e a proclamação da República para que possamos observar algumas mudanças efetivas nas esferas da cultura política e da política cultural. Mas isso é assunto para outras conversas.



## Referências

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. Gestão ou gestação pública da cultura: Algumas reflexões sobre o papel do Estado na produção cultural contemporânea. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (org). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007. p. 61-86.
- BARBALHO, Alexandre. Iracemas do Ceará: Identidade, política cultural e o romance de Alencar. In: BARBALHO, Alexandre (org). **Brasil, brasis: Identidades, cultura e mídia**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2008. p. 81-96.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- CAMPOS, Pedro Moacyr. Imagens do Brasil no Velho Mundo. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II, volume 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 48 – 74.
- CANDIDO, Antonio. Letras e idéias no Brasil colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I, volume 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 105-121.
- \_\_\_\_\_. **Literatura e sociedade: Estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Companhia Nacional, 1965.
- CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. A educação e seus métodos. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I, volume 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 89-104.
- COSTA, João Cruz. As idéias novas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II, volume 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 203 – 216.
- DURAND, José Carlos. **Artes privilégios e distinção: Artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil, 1855/1985**. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- FREIRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.
- LACOMBE, Américo Jacobina. A cultura jurídica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II, volume 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 414-428.

- \_\_\_\_\_. A Igreja no Brasil colonial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I, volume 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 61-88.
- LANGE, Francisco. A música erudita na Regência e no Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II, volume 5. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 429-474.
- MAXWELL, Kenneth. **Marques de Pombal: Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- NUNES, Paulo. **A persistência do academicismo: Ou quem mandava, por que mandava e como se mandava na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro por volta de 1880**. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2004 (Dissertação em Sociologia)
- PINTO, Olivério. Explorações científicas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I, volume 2. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 181-198.
- PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RUBIM, Albino. Políticas culturais no Brasil: Tristes tradições, enormes desafios. In: BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (org). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: UFBA, 2007. p. 11-36.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SOUZA, Márcio. **Fascínio e repulsa: Estado, cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000.